A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS REDES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

ELAINE BERNARDETE DE LIMA

RESUMO

Este artigo científico teve por objetivo analisar a formação pedagógica dos professores a partir da ótica dos educadores que exercem a função de docentes no Ensino Fundamental das redes municipais de ensino. Este tema encontra embasamento e ancoragem teórica em uma das obras de Perrenoud (2000), denominada "10 novas competências para ensinar", assim como em produções de estudiosos que se dedicaram a pesquisar sobre a formação docente, considerando de extrema importância para os educadores que atuaram na Educação, tais como: Freire (2006), Alves (2008), Rios (2006) e Vasconcellos (2001).

Palavras-chave: Educação; Formação; Professor.

Introdução

Ressaltamos e salientamos que este artigo científico tem como objetivo geral a análise sobre a formação pedagógica dos professores que atuam nas redes municipais de ensino, a partir de uma ótica global e interdisciplinar dos aspectos que permeiam a educação da criança. Temos como objetivos específicos a preocupação em problematizar as representações produzidas acerca da educação/desenvolvimento da criança, possibilitando uma melhor atuação dos/as profissionais em diferentes contextos e trazer para a reflexão e o estudo acadêmico os problemas e desafios da formação inicial dos professores que atuam na primeira etapa do ensino fundamental.

Desta maneira, a formação pedagógica dos professores no Ensino Fundamental, é um tema imperioso para se analisar, pois, a maneira como esses educadores compreendem sua formação implica no seu fazer pedagógico cotidiano e, também em conceitos e pré-conceitos que tem sobre a educação.

Ressaltamos que a escolha do tema foi decorrente de observações realizadas em escolas públicas das redes municipais. Com frequência, foi possível observar na fala e na atitude de alguns educadores, a ausência da preocupação com sua autoformação e, também se mostravam satisfeitos com os conhecimentos adquiridos na formação inicial.

Acreditamos que esses educadores entendiam o conhecimento como algo estático, nesta visão, a formação docente do profissional de educação acabava sendo compreendida por estes educadores como algo transmitido pela faculdade, contrariando o que Alves e Garcia diziam [...] "o conhecimento jamais é dado ou está acabado, mas, ao contrário, está sempre em construção." (Alves e Garcia, 2008, p.75-76).

Salientamos então, que o conhecimento não deve ser considerado como algo parado e pronto, de acordo com Alves e Garcia (2008) ele é sempre provisório e, está em constante movimento, já que o ser humano se encontra sempre em constante movimento, descobrindo e redescobrindo verdades e novas verdades. É por isso que, [...] "Falar em verdade absoluta é acreditar na finitude do conhecimento." (Alves e Garcia,20008, p. 76).

Sendo assim, podemos compreender a competência como "saber fazer bem", o que segundo Rios (2006) estabelece uma relação com o fazer pedagógico e os conhecimentos adquiridos pelo educador. Por isso, [...] "Essa competência é, na realidade, a base de uma autoformação." (Perrenoud, 2000, p. 159.)

Desta maneira, toda prática é reflexiva, no duplo sentido em que seu autor reflete para agir e estabelece a posteriori uma relação reflexiva com a ação realizada. Uma parte de nossa vida mental consiste em pensar no que vamos fazer, no fazemos, no que fizemos. Todo ser humano é um prático reflexivo.

Nesta concepção, pode-se compreender também, que esta prática reflexiva é uma fonte de aprendizagem e, sendo assim, o exercício do professor avaliar a sua prática reflexiva, poderia tornar-se um subsídio essencial para a sua autoformação.

AUTOFORMAÇÃO DOCENTE

Salientamos a importância de considerar, que o professor deve fazer cotidianamente uma reflexão sobre sua prática pedagógica, porém esta reflexão não se limita apenas ao fato de saber analisar-se, mas como bem dizia Paulo Freire (2006), este educador precisa colocar a práxis em ação e, pensar e planejar o que irá fazer e, que seu fazer pedagógico seja consciente dos conhecimentos e tendências educacionais que nele estão incluídos, por último após a proposta, é de extrema importância que o professor analise como se deu sua prática, quais foram os aspectos positivos e, quais foram os aspectos que precisam ser melhorados.

Esta ideia aparece também, em uma das obras de Paulo Freire (2006), denominada por

"Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar", que aponta a avaliação da prática pedagógica docente como uma

forma de formação teórica e não como uma maneira de discriminar o educador. Para o autor a formação permanente existe na experiência de refletir sobre teoria e prática, sabemos que uma não existe sem a outra. Por isso destaca que para o educador,

[...] sua formação permanente autêntica – que se funda na experiência de viver a tensão dialética entre teoria e prática. Pensar a prática enquanto a melhor maneira de aperfeiçoar a prática através de que se vai reconhecendo a teoria nela embutida. A avaliação da prática como caminho de formação teórica e não como instrumento de mera recriminação da professora. (Freire, 2006, p.14.)

Portanto, a responsabilidade ética, política e profissional do docente lhe apresenta o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua prática docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes.

Desta maneira, compreendemos que a prática de pesquisar se torna, assim, um dos elementos de extrema importância para a formação do docente. O professor que pesquisa não se acomoda com os conhecimentos que já adquiriu, ele procura sempre mais sobre um determinado tema e, de uma forma mais abrangente começa a ver os problemas que fazem parte do cotidiano escolar de sua prática docente. É dessa forma, que o educador deveria agir,

[...] buscando clarear as questões, ver fundo e abrangentemente os problemas, com a finalidade de descobrir e, a partir da prática pedagógica, criar/apontar perspectivas para a educação que se está fazendo. (RIOS, 2006, p. 27)

Portanto, uma das competências profissionais do docente, mais fundamentais, seria,

[...] o domínio adequado do saber escolar a ser transmitido, juntamente com habilidade de organizar e transmitir esse saber, de modo a garantir que ele seja efetivamente apropriado pelo aluno. (MELO apud RIOS, 2006. P.46)

Portanto, é importante, então, salientar que os domínios dos conteúdos que o profissional da educação necessita para desempenhar o seu papel de docente, deveriam ser articulados com o domínio das estratégias que permitam que ele realize seu trabalho pedagógico. O educador precisa trabalhar com seriedade e lutar pelo fim das injustiças, ao trabalhar com os alunos é necessário que sua prática seja emancipatória, que eduque para a liberdade.

Sendo assim, Freire (2006) nos apresenta que os educadores também são políticos e, ao fazer educação, consequentemente fazem política. E para que a democracia ocorra, estes professores, precisam lutar dia e noite por uma escola pensada e planejada para ouvir os educandos e que, com isso, possam ser ouvidos por eles também. Ao atuar desta maneira em sua prática docente, o educador está contribuindo para o pleno desenvolvimento de seus alunos e, fazendo com que a alienação e falta de conhecimentos que os privam e distanciam deste desenvolvimento acabe.

O DOCENTE COMO SUJEITO SOCIAL E POLÍTICO

Nos torna curioso observar que alguns docentes parecem não perceber o conhecimento da dimensão política de seu trabalho, desconsiderando o fato que é extremamente importante que este educador tenha um compromisso político e social. Compreendemos este compromisso político como a alteração que o professor decide fazer em sua prática para que seus estudantes tenham mais liberdade e autonomia para questionar e pesquisar. Esta ideia de mudança na prática docente é o que torna a ação do professor qualificada como competência, com isso, podemos apontar que,

Se o professor pensar em mudança, tem que pensar politicamente. Não basta que disponha de uma pitada de Sociologia, outra de Psicologia, ou de Biologia Educacional, muitas de Didática, para que se torne agente de mudanças. (IANNI apud RIOS, 2006, p.60)

Sendo assim, a partir desta percepção, compreendemos que um docente que se empenha em sua prática, que é competente no seu fazer pedagógico, é aquele comprometido em transformar em mais justa de democrática a sociedade em que vivemos, dessa forma, este docente precisa usar o seu saber e poder como elementos para que esta transformação ocorra, através da solidariedade e, não com um meio de dominar o desenvolvimento do educando. Nesta ótica, compreendemos que,

É preciso pensar que o educador competente é um educador comprometido com a construção de uma sociedade justa, democrática, no qual saber e poder tenham equivalência enquanto elementos de interferência no real e organização de solidariedade, e não de dominação, entre os homens. (RIOS, 2006, p. 65)

Por isso, pode-se compreender também, que no processo ensino/aprendizagem, o docente precisa atuar como mediador, já que uma de suas responsabilidades seria apresentar os conhecimentos, historicamente construídos pelo homem, ao estudante. Desta forma, será o professor quem mediará a relação estudante/conhecimento. Entretanto, para que esta situação ocorra, é de extrema importância que este educador saiba fazer bem o seu papel e, também que ele tenha

uma visão crítica e reflexiva sob a mediação que estabelece entre o conhecimento e o estudante.

A partir desta ótica, podemos notar também, que a escola é o ambiente em que o estudante estabelece contato com o saber historicamente construído pelos homens, porém a escola não é o único lugar em que este contato é estabelecido. O estudante, também pode apreender através das relações socioculturais, que estabelece com os outros colegas, com as outras maneiras de pensar e questionar este conhecimento.

Sendo assim, é preciso considerar o conhecimento como algo em movimento e transitório, que pode ser questionado, pesquisado, construído e reconstruído. Quando nos referimos ao conhecimento, estamos utilizando esta palavra como um leque que abrange todas as atividades produzidas ou cientificamente comprovadas pelo homem. Todas as aprendizagens que aconteceram no passado, a cultura construída historicamente por um povo, os mitos enquanto representações de uma cultura, as memórias e os sonhos de um determinado grupo.

Portanto, não podemos pensar na formação de professores, sem antes entender e acreditar no professor, além de um mediador, também como um agente, um sujeito de transformações e de mudanças. Para que isso ocorra, este educador não poderá "fazer de conta" que não vê a realidade a qual está inserido, ou mesmo fantasiar ou criar uma nova realidade que esconde e ofusca a real. A realidade a qual nos referimos é o chão da sala de aula, da prática docente do educador, dos desafios que ele encontra em seu cotidiano, da heterogeneidade de conhecimentos, culturas e maneiras de aprender de seus educandos.

Por isso, Vasconcellos (2001) nos mostra que os educadores que têm consciência de sua função social e política, que atuam como professores mediadores e sujeitos de alteração da realidade, atuam com a realidade encontrada no cotidiano docente e, não ficam fantasiando ou fingindo que não veem. Por isso, acredita e afirma que,

> [...] o professor, se quer ser efetivamente professor, deve trabalhar com a realidade que tem em sala de aula; não adianta ficar se lamuriando, entrando em escapismos. São estes os alunos e com eles tem de trabalhar, é esta a escola, é este o país. [...]
>
> (VASCONCELLOS, 2001, p. 67.)

Este autor nos faz perceber que quando o professor vê a realidade da maneira como ela se apresenta, sem ficar fantasiando-a ou criando uma outra para se acomodar, ele se depara com as dificuldades encontradas no cotidiano docente. Diante dessas dificuldades, alguns educadores têm a tendência de se acomodarem, acostumarem ou aceitarem os desafios da maneira como se apresentam, sem ao menos tentarem investir na mudança.

Sendo assim, compreendemos também, que para o educador alterar a realidade a qual está inserido, é preciso que ele seja exigente consigo mesmo e, que tenha uma opção consciente referente à tudo o que ele acredita sobre educação. É preciso que este educador reflita sobre o que vai fazer com a educação de seus estudantes, sem esquecer do tipo de educação que fizeram para ele. Por isso, acreditamos que a partir de seu fazer pedagógico em sala de aula,

> [...] o professor pode estar participando de todo o movimento de transformação da realidade. Todavia, é preciso que esta possibilidade se efetive, é preciso que assuma uma postura crítica diante dos desafios que estão colocados no cotidiano. (VASCONCELLOS, 2001, p. 76.)

Portanto, antes de assumir uma postura crítica, é necessário que o educador acredite na possibilidade de mudança, que tenha autoconfiança na capacidade de transformar sua prática pedagógica, que eduque para a liberdade, para a autonomia, permitindo que seus estudantes pensem, questionem, critiquem, levantem novas hipóteses, que construam e reconstruam os conhecimentos. Portanto, este educador jamais poderá menosprezar a capacidade seus estudantes e aliená-los para a vida, privando-os de uma visão de mundo ampla e global.

A partir dessa ótica, devemos compreender que o educador, como um agente de mudanças e transformações, precisa educar seus estudantes para não aceitarem tudo o que lhes é fornecido e oferecido, já que eles são de certa maneira "inimigos" da formação e do conhecimento, porque manipulam a nossa maneira de agir, de pensar, ou seja, a nossa cultura, fazendo com que, perdemos, paulatinamente a nossa identidade e essência, sem ao menos perceber essa manipulação. Portanto o professor, além de dominar os conteúdos das aulas que dará para seus estudantes, também precisará educá-los para agir no mundo de uma maneira mais consciente e menos alienada.

Atualmente, os cursos de licenciatura de todo o país estão se ajustando às Diretrizes

Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação (CNE), cujo ciclo de plena implementação se esgota, em prazo já prorrogado, em julho de 2018 (BRASIL, 2015b). Nesse contexto, impõe-se às instituições formadoras, a partir dos núcleos docentes estruturantes dos cursos de licenciatura, a necessidade de se repensar a formação inicial de professores, agora orientada por novos marcos e critérios. Ao mesmo tempo, desafios e problemáticas

recorrentes em pesquisas sobre a formação docente no país ainda não foram superados, exigindo-se, para tanto, novas configurações de cursos e a implantação de novas práticas de formação inicial, para além das previsões normativas e regulamentares, que se relacionem efetivamente com as transformações sociopolíticas em andamento, cujos reflexos se fazem sentir na escola e na reorganização de toda a educação básica.

Foi a partir dessa realidade concreta e dessa vivência atual que se deu a produção deste artigo, no sentido de compartilharmos algumas impressões e reflexões analíticas que nos ocorreram quanto a alguns desafios e demandas atuais da formação de professores em nosso país, com base em estudos que realizamos ao participarmos da recente reconstrução de projetos pedagógicos de cursos de licenciatura na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Além dos atuais desafios e demandas, a formação docente é, reconhecidamente, uma ação complexa, sobretudo quando se reflete a respeito do papel do professor, bem como sobre sua função social.

Para Serrazina (2012, p. 267), "ser professor sempre foi uma profissão complexa. Esta complexidade tem tendência a acentuar-se com a incerteza e imprevisibilidade que caracteriza este início do século XXI". Por sua vez, Imbernón (2009, p. 8) apresenta elementos que contribuem para a compreensão do que seriam essas incertezas, que dizem respeito ao fato de que "os contextos sociais e educativos que condicionam todo o ato social, e, portanto, a formação, mudaram muito".

É sabido que sempre houve mudanças na sociedade que demandaram reorientações na formação de professores e que novas mudanças continuarão ocorrendo. Contudo, para Imbernón (2009, p. 8), as transformações dos últimos decênios foram especialmente bruscas e "deixaram muitos na ignorância, no desconcerto e, por que não dizer, numa nova pobreza (material e intelectual) devido à comparação possibilitada pela globalização de fatos e fenômenos". Dentre outros aspectos, isso traz à tona a fluidez, a volatilidade e a superficialidade de informações e conhecimentos que têm perpassado o cotidiano das pessoas de uma forma geral e, nesse movimento, o professor tem que aprender a se reinventar e a lidar com as novas demandas, muitas vezes ainda desconhecidas e, portanto, desafiadoras. Além do mais, esse processo acrescenta ao docente o enfrentamento de um cenário de desprestígio social para com sua profissão e a desvalorização profissional em várias dimensões.

Ao se reconhecer alguns aspectos que dizem respeito ao papel do professor, bem como a sua função social, também se evidencia a necessidade de o profissional docente possuir uma variedade de conhecimentos, saberes e habilidades de diferentes naturezas para assumir a tarefa educativa diante da abrangência e complexidade da educação, não se limitando a, mas perpassando o domínio dos conhecimentos pedagógicos e dos conteúdos específicos da área de atuação e formação. Tais conhecimentos, saberes e habilidades têm se traduzido em demandas próprias do exercício da profissão docente, refletidas em discussões relacionadas à sólida formação científica e cultural do ensinar e aprender, apontando-se para a necessidade de aprendizagem de práticas educativas baseadas na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, na contextualização curricular e no uso das tecnologias e metodologias diferenciadas de ensino. Tais demandas também têm se traduzido em desafios da contemporaneidade, associados à formação requerida para atuar nas diferentes etapas e modalidades da educação básica; no atendimento às características singulares de crianças, adolescentes, jovens e adultos; no desenvolvimento de ações inclusivas e emancipadoras dos alunos e no reconhecimento e valorização da diversidade.

Todos esses aspectos trazem à tona a reflexão de que "ensinar sempre foi difícil, mas nos dias de hoje passou a ser ainda mais difícil" (IMBERNÓN, 2009, p. 90), que tem repercussão direta sobre os cursos de formação inicial de professores, exigindo que esses sejam repensados e reelaborados constantemente, na tentativa de se atender às demandas emergentes (MIZUKAMI, 2008; IMBERNÓN, 2009). Diante disso, neste artigo, teceram-se considerações analíticas e reflexões teóricas sobre alguns dos desafios e demandas que têm se apresentado na contemporaneidade à formação docente, a partir de marcos legais que regulamentam a formação inicial de professores em cursos de licenciatura, focando principalmente alguns aspectos decorrentes da implementação das atuais DCN, estabelecidas pela Resolução nº 2/CNE/2015 (BRASIL, 2015b). Dada a amplitude do tema, buscou-se delimitar a análise a alguns aspectos dessas atuais DCN que se sobressaem no processo de atualização pelo qual passam, hoje, os cursos de licenciatura no país.

A formação de professores para atuarem em diferentes níveis de ensino da educação básica é permeada por questões recorrentes em debates e pesquisas no Brasil, sendo que, embora haja um aparato legal que normatize o assunto, mudanças significativas no processo geralmente não se constituem como efetivas, em decorrência de fatores como alta rotatividade e descontinuidade de políticas públicas de formação de professores; descompasso entre o perfil de formadores e aquele esperado para os egressos dos cursos de licenciatura e ausência de políticas de acompanhamento e de avaliação de currículos das licenciaturas e, também, por questões recentes que se apresentam em função

das novas demandas da contemporaneidade. Para Mizukami (2008, p. 215), dentre outros aspectos, os questionamentos postos e os que surgem são levantados tanto pela "necessidade de se formar bons professores para cada sala de aula de cada escola, quanto pelo desafio de oferecer processos formativos pertinentes a um mundo em mudanças". Para se tecer considerações e reflexões sobre alguns dos desafios e demandas da formação inicial de professores no Brasil, é importante que se tenha uma compreensão acerca do papel desse contexto formativo mediante a legislação vigente e aos autores que abordam a formação de professores. A Resolução nº 02/CNE/2015, em seu Art. 10, define que "a formação inicial se destina àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação" (BRASIL, 2015b). E, conforme preconizado no Art. 9º, são considerados, com relação ao nível superior de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, os "cursos de graduação de licenciatura; cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados; e cursos de segunda licenciatura" (BRASIL, 2015b).

Nessas diretrizes são abordados aspectos que elucidam a base comum curricular de formação, que deve ser contemplada pelas diferentes instituições de ensino superior (IES) que ofertam cursos de licenciatura, perpassando pelos conhecimentos, saberes e habilidades que os egressos dos cursos de graduação deverão possuir e, portanto, o repertório desses elementos educacionais que deverá ser construído na formação inicial do futuro professor. Ressalta-se que, ao se definir por diretrizes a base curricular comum aos cursos de licenciatura, não se está, com isso, restringindo a formação de professores apenas ao curso de graduação. Nesse sentido, conforme apontado na literatura sobre o tema, tem-se um entendimento de que a formação docente, dada a sua complexidade, não se limita a uma instituição, contexto ou período temporal, ocorrendo, segundo Lima e Reali (2010, p. 219), "em vários contextos e instituições e ao longo de toda a experiência escolar e não escolar dos futuros professores". Isso está respaldado na compreensão de que a aprendizagem profissional da docência se constitui em

"um processo complexo, contínuo, marcado por oscilações e descontinuidades e não por uma série de acontecimentos lineares" (LIMA; REALI, 2010, p. 221).

Seguindo raciocínio análogo, Passos et al. (2006, p. 195) complementam que a formação do professor é um processo contínuo, tratando-se de "um fenômeno que ocorre ao longo de toda a vida e que acontece de modo integrado às práticas sociais e às cotidianas escolares de cada um, ganhando intensidade e relevância em algumas delas". Assim, como exemplo de diferentes contextos que podem integrar o percurso de formação da trajetória de vida e profissional do professor, destacam-se os quatros momentos explicitados por Imbernón (2011): o primeiro trata da experiência discente, referindo-se às vivências que, enquanto alunos, os futuros professores tiveram na escola; o segundo é o da formação inicial, proporcionando uma preparação formal, sistemática e específica; o terceiro configura-se como o período de iniciação à profissão docente; e o quarto é o da formação permanente, que se constitui a continuidade do desenvolvimento promovido por meio de diferentes contextos e instituições.

Dessa forma, a opção pela formação inicial do professor como contexto para as considerações e reflexões deste artigo decorre do fato de que, por meio das licenciaturas, a instância desse tipo de formação se constitui no único espaço institucionalizado que tem por finalidade o desenvolvimento do profissional docente para atuar na educação básica. Em virtude disso, a formação inicial é caracterizada por um "momento formal em que processos de aprender a ensinar e aprender a ser professor começam a ser construídos de forma mais sistemática, fundamentada e contextualizada" (MIZUKAMI, 2008, p. 216) e também possibilita dotar esses profissionais "de uma bagagem sólida nos âmbitos científicos, cultural, contextual, psicopedagógico e pessoal que deve capacitar o futuro professor ou professora a assumir a tarefa educativa em toda sua complexidade" (IMBERNÓN, 2011, p. 68).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos em nossas considerações finais, que pesquisar sobre a formação pedagógica dos professores torna-se extremamente necessário a todos os profissionais que atuam na educação.

Entretanto, não muito satisfatórias foram as observações realizadas nas redes municipais de ensino, em que por vezes alguns professores que atuavam no Ensino fundamental I, tinham apenas o magistério como formação pedagógica inicial e, o mais agravador, foi a fato destes profissionais talvez demonstrarem-se satisfeitos com esta formação, e não planejarem ampliar o seu conhecimento cursando, por exemplo, o nível superior.

Ressaltamos que é preciso considerar, que durante a realização deste artigo científico, tivemos acesso a alguns teóricos e estudiosos reconhecidos pela importância que atribuíram à formação pedagógica dos professores, como Perrenoud (2000), que nos esclareceu que o professor deve manter-se sempre atualizado e bem-informado sobre o que se refere ao campo da Educação. Para este pesquisador, o professor precisa saber administrar sua autoformação, tendo o conhecimento como algo inacabado e sempre

em processo de construção e reconstrução.

Assim sendo, poucos foram os professores encontrados que se sentiam insatisfeitos com sua formação e, que se formavam através de leituras e pesquisas com temas concernentes à educação. Estas leituras e pesquisas realizadas por estes professores questionadores, pesquisadores e críticos, sem dúvida refletiram de uma forma positiva em suas práticas pedagógicas.

Por outro lado, a maioria dos professores observados nem sempre apresentarem interesse em ampliar seus conhecimentos e, suas práticas pedagógicas tinham como base os conhecimentos de suas formações pedagógicas iniciais e de suas práticas e, nem as confrontaram com a teoria, já que acreditam em uma prática pedagógica sem respaldo teórico.

Para Paulo Freire (2006) uma formação permanente existe na experiência de refletir sobre teoria e prática, sabemos que uma não existe sem a outra. O autor defende também, que é dever do professor preparar-se e capacitar-se para atuar no campo da Educação, no que se refere ao domínio dos conteúdos que irá administrar em suas aulas. Ele nos esclarece também, que essa capacitação e formação precisam ser compreendidas como um processo permanente na vida do professor.

Percebemos assim, que os professores encontrados durante as observações, pareciam demonstrar não terem um conhecimento da dimensão política e social de seu trabalho, desconsiderando o fato de que é extremamente importante para o professor ter um compromisso político e social. Rios (2006) compreende este compromisso político e social como a possibilidade de o professor ajudar e participar na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Portanto, o professor atuaria como um mediador entre conhecimentos historicamente e culturalmente construídos pela sociedade, e o estudante. Por outro lado, o que encontramos nas instituições observadas, foram professores que talvez atuassem como mero reprodutores de conhecimentos, sem permitirem que seus estudantes questionassem, pesquisassem ou criticassem o conteúdo das aulas.

Sendo assim, após toda a pesquisa referente à formação pedagógica dos professores que atuam como educadores do ensino fundamental I e, também, após todas as observações realizadas, compreendemos que antes de assumir uma postura crítica, é necessário que o professor acredite na possibilidade de alteração da realidade, que confie na sua capacidade de transformar a prática pedagógica que realiza. Este professor precisa atuar com um parceiro mais experiente de seus estudantes, educando para a liberdade e autonomia. Permitindo que eles pensem, critiquem, questionem, construam e reconstruam os conhecimentos.

Entretanto, para que este profissional da educação exista, é necessário que aconteça também uma formação pedagógica inicial de qualidade, que prepare e lhe dê subsídios para trabalhar com a realidade atual da Educação. Este professor poderá agir como um agente participativo de sua formação pedagógica, buscando novos conhecimentos, sendo um professor pesquisador e nunca se sentindo satisfeito com os conhecimentos que já possui, estando sempre disposto a conhecer, buscar e construir e reconstruir novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não – Cartas a quem ousa ensinar. 16ª edição. São Paulo: Olho d'água, 2006. 127 p.

PERRENOUD, Philippe. 10 novas Competências para ensinar. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 2000. 192 p.

PIMENTA, Selma Garrido, GONÇALVES, Luiz Carlos. Revendo o ensino de 2º grau.

Propondo a formação de professores. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1992. Pgs.93 a 113.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e Competência. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2006. 86 p. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação. 8ª edição. São Paulo: Libertad, 2001.205 p.